



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Rua i Imigrante, nº 85, Bairro Ondina – Vila Pavão - ES – CEP: 29843-000 – tel (27) 3753-1281 email:agricultura@vilapavao.es.gov.br



Memorando nº 072/2024

Vila Pavão – ES, 05 de Março de 2024

A sua Excelência o Senhor
UELIKSON BOONE
Prefeito Municipal de Vila Pavão, ES

Assunto: ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2023, O MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, POR MEIO DA CENTRAL DE COMPRAS, DA SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO

Senhor Prefeito,

Servimo-nos deste para solicitar de Vossa Excelência que se digne autorizar ao setor competente que proceda a adesão da ata nº 23/2023, para a aquisição dos itens especificados abaixo:

- **01 Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m³, tração 4x2. Inclui telemetria, no Valor de R\$ 489.400,00;**
- **01 Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m³, tração 6x2. Inclui telemetria, no valor de R\$ 567.500,00;**

Os itens acima citados irão atender a Secretaria Municipal de Agricultura deste município, convênio nº 938072/2022, conta nº 0060710418, AG 0556-8, Caixa econômica federal.

Informamos ainda que o valor do concedente já fora empenhado pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e Pecuária, para aquisição dos equipamentos e com contrapartida no valor de **R\$ 101.900** (cento e um mil e novecentos e reais), já depositados por essa municipalidade.

Os equipamentos se fazem necessários para que possam atender os produtores rurais do município contribuindo para o aperfeiçoamento da atividade agrícola e melhoria no atendimento e assistência ao homem do campo pela Prefeitura Municipal de Vila Pavão.

Atenciosamente,

Assinado por GECIMAR RODRIGUES 856.***.***.**
Prefeitura Municipal de Vila Pavão
05/03/2024 14:05:01

Gecimar Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura
Decreto Municipal Nº 1.438/2021

fechar X

Loading Image...

Usuário:VAGNER GONCALVES NASCIMENTO

CUF:142.113.097-14

05/03/2024 14:59-V.1.0.0-b1837361- [Sair do Sistema](#)

Cadastramento

[Página Principal](#)

Programas

Propostas

Execução

Inf. Gerenciais

Cadastrros

Acomp. e Fiscalização

Prestação de Contas

Administração

TCE

Verificação de Regularidade

[Principal](#)[Consultar Pré-Convênio/Convênio](#)

Consultar Pré-Convênio/Convênio

22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária

Convênio 938072/2022

[Dados da Proposta](#)

[Plano de Trabalho](#)

[Requisitos](#)

[Projeto Básico/Termo de Referência](#)

[Execução Concedente](#)

[Execução Convenente](#)

Modalidade	Convênio	Situação no SIAFI	Enviado para o SIAFI - 2023NS000141
Subtipo do Instrumento	Não possui subtipo		
Situação de Contratação Atual	Normal		
Situação	Em execução		
	Empenhado	simPublicação	Publicado
Número do Convênio	938072/2022	Número da Proposta	030244/2022
Número Interno do Órgão	503024/2022		
Número do Processo	21000.127252/2022-79		

Lista de Documentos Digitalizados

Nome Arquivo	Data Upload	
EXTRATO DE CONVÊNIO - EXTRATO DE CONVÊNIO - DOU - Imprensa Nacional.pdf	18/01/2023	Baixar
Termo de convenio_compressed.pdf	13/01/2023	Baixar
Proponente	CNPJ 36.350.346/0001-67 - MUNICIPIO DE VILA PAVAO Detalhar	

Executores

Nenhum registro foi encontrado.

Fundamento Legal **Decreto 6.170 de 2007 e alterações**

Órgão **22000 - Ministério da Agricultura e Pecuária**

Justificativa

Caracterização dos
interesses recíprocos

Os projetos buscam oferecer aos pequenos agricultores familiares de Vila Pavão a melhoria na patrulha mecanizada do município, para melhoria de estradas. Conforme o último censo o IDH de Vila Pavão é 0,681, e população é 9.414 habitantes. As principais atividades agropecuárias que serão beneficiadas, é o café com 10240 ha, Pimenta do reino com 189 ha, Coco Baia com 60 ha, Mandioca com 329 ha, Milho com 350 ha e Feijão com 45 há.

Público alvo	Serão beneficiados cerca de 800 famílias de agricultores familiares de Vila Pavão, sendo nas comunidades: Mata Fria, Vargem grande, Praça Rica, São Francisco de Assis, Paraíso, São Roque do Estevão, São Sebastião, Lajinha, Todos os Santos, Rio XV de Novembro, Socorro e Sossego. As principais atividades agropecuárias que serão beneficiadas, é o café com 10240 ha, Pimenta do reino com 189 ha, Coco Baia com 60 ha, Mandioca com 329 ha, Milho com 350 ha e Feijão com 45 há.
Problema a ser resolvido	As principais dificuldades encontradas é a alta de patrulha mecanizada suficiente para realizar os diversos trabalhos desta municipalidade, principalmente na manutenção e conservação de estradas, sendo necessário a Aquisição de Maquinas e Equipamentos.
Resultados esperados	Com o projeto busca-se Aquisição de Maquinas e Equipamentos para conservação e manutenção de estradas. Com isso busca-se ainda Melhoria na qualidade de vida das famílias agricultoras de Vila Pavão.
Relação entre a proposta e os objetivos e diretrizes do programa	A execução do projeto apoiará ações de auxílio ao escoamento da produção rural e transporte de insumos agrícolas que permitirão o aumento da produção, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e sua comercialização, conforme diretrizes do programa.
Categorias	Equipamentos
Objeto do Convênio	Aquisição de Maquinas e Equipamentos.
Capacidade Técnica e Gerencial	Declaro para os devidos fins que a Secretaria Municipal de Agricultura possui em sua Patrulha Mecanizada os seguintes equipamentos: 02 - Caminhão com carroceria de madeira, 03 - Trator com implementos, 02 – Retroescavadeira, 02 – Patrol, 01 - Pá carregadeira, 02 - Veículo utilitário. O município conta também com mão de obra especializada na Secretaria de Agricultura, com 02 Técnicos Agrícolas, 03 motoristas, 03 operadores de máquinas, 03 operador de trator de pneus, 02 agentes de apoio administrativo, que junto com os recursos solicitados irão assegurar o atendimento do objeto para o qual o apoio financeiro está sendo solicitado. Informamos ainda que a secretaria responsável pelos equipamentos e onde os mesmos serão guardados é a secretaria Municipal de Agricultura, tendo em sua estrutura garagem para guarda do equipamento, sendo responsável pela sua manutenção que será feita regularmente como determina o manual de garantias oferecido pelo fabricante. A secretaria municipal de agricultura conta com operadores de máquina capacitados para operar os equipamentos solicitados. Na realização do processo licitatório, a prefeitura de Vila Pavão solicita no edital de licitação de cada equipamento adquirido, uma atualização dos operadores que irão manusear os equipamentos.

Arquivos Anexos - Capacidade Técnica e Gerencial

Nome Arquivo	Data Upload	
Declaração de Capacidade Técnica assinado (2).pdf	29/12/2022	Baixar

OBTV

Opera por OBTV	Sim	Permite OBTV do tipo "OBTV para o Conveniente"	Não
----------------	-----	--	-----

Dados Bancários

Banco	CAIXA ECONOMICA FEDERAL		
Agência	0556-8	Conta	0060710418
Situação	Conta Regularizada	Data da Última Modificação	24/01/2023 00:00:00
Descrição	A instituição bancária informou a regularização da conta do convênio e a mesma está pronta para ser movimentada.		

Datas

Data da Proposta	26/12/2022
Data Assinatura	31/12/2022
Convênio publicado no DOU em	13/01/2023
Data Início de Vigência	31/12/2022
Data Término de Vigência Atual	31/12/2024
Data Limite p/ Prestação de Contas	01/03/2025

Valores

R\$ 1.022.663,33 Valor Global
R\$ 955.000,00 Valor de Repasse
R\$ 67.663,33 Valor da Contrapartida

R\$ 67.663,33 Valor Contrapartida Financeira

R\$ 0,00 Valor Contrapartida Bens e Serviços

R\$ 0,00 Valor de Rendimentos de Aplicação

Anexos de comprovação da contrapartida

Nome

CONTRAPARTIDA 030244-2022 assin (2).pdf

[Baixar Contrapartida](#)

Cronograma orçamentário do valor do repasse

Ano

Valor (R\$)

2022

R\$ 955.000,00



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Gestão e Inovação
Central de Compras
Coordenação-Geral de Gestão de Atas e Contratos
Coordenação de Atas de Registro de Preços

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2023

O MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, por meio da **CENTRAL DE COMPRAS**, da **SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Sobreloja, em Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.489.828/0051-14, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor(a), Lara Brainer Magalhães Torres de Oliveira, nomeado(a) pela Portaria DGP/ME nº 2.608, de 30 de março de 2023, portador(a) da matrícula funcional nº 1503583, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2023**, publicada no DOU de **16/08/2023**, processo administrativo nº **14021.121963/2022-26**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de veículos administrativos, de transporte de pessoal e de carga, especificados nos itens 1 a 150 do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação nº **03/2023**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULO LTDA

CNPJ: 06.020.318/0001-10 (Escritório comercial) / 06.020.318/0005-44 (Sede fabril)

Endereço: Rua Volkswagen, 291 – 8º andar – Jabaquara – São Paulo/SP – CEP 04344-901 (Escritório)

Rua Volkswagen, 100 - Polo Industrial - Resende/RJ - CEP 27537-803 (Fábrica)

E-mail: adriana.cecconello@volkswagen.com.br e pedro.teixeira@volkswagen.com.br

Representante Legal: Adriana Cecconello e Pedro Arthur de Matos Teixeira

ITEM	CAT	MAT	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO (INCLUSIVE MARCA E MODELO)	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PRAZO DE GARANTIA
41		466053	Caminhão a diesel, com carroceria de madeira para carga seca de 5,2m, tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	15	R\$ 358.500,00	R\$ 5.377.500,00	24 meses
42		466053	Caminhão a diesel, com carroceria de madeira para carga seca de 5,2m, tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	10	R\$ 385.500,00	R\$ 3.855.000,00	24 meses

44	466053	Caminhão a diesel, com carroceria de madeira para carga seca de 5,2m, tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	6	R\$ 358.500,00	R\$ 2.151.000,00	24 meses
45	466053	Caminhão a diesel, com carroceria de madeira para carga seca de 5,2m, tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	6	R\$ 342.500,00	R\$ 2.055.000,00	24 meses
46	466053	Caminhão a diesel, com carroceria de madeira para carga seca de 5,2m, tração 4x2. Inclui telemetria	Und.	6	R\$ 342.500,00	R\$ 2.055.000,00	24 meses
47	466053	Caminhão a diesel, com carroceria de madeira para carga seca de 5,2m, tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	6	R\$ 358.500,00	R\$ 2.151.000,00	24 meses
48	466053	Caminhão a diesel, com carroceria de madeira para carga seca de 5,2m, tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	13	R\$ 358.400,00	R\$ 4.659.200,00	24 meses
50	466053	Caminhão a diesel, com carroceria de madeira para carga seca de 5,2m, tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	8	R\$ 342.500,00	R\$ 2.740.000,00	24 meses
51	466040	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	6	R\$ 504.500,00	R\$ 3.027.000,00	24 meses
52	466040	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	8	R\$ 528.000,00	R\$ 4.224.000,00	24 meses
54	466040	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	6	R\$ 504.500,00	R\$ 3.027.000,00	24 meses
55	466040	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	6	R\$ 490.500,00	R\$ 2.943.000,00	24 meses
56	466040	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	7	R\$ 490.500,00	R\$ 3.433.500,00	24 meses
57	466040	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	6	R\$ 504.500,00	R\$ 3.027.000,00	24 meses
58	466040	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	9	R\$ 504.500,00	R\$ 4.540.500,00	24 meses

60	466040	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	23	R\$ 489.400,00	R\$ 11.256.200,00	24 meses
61	455707	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m ³ , tração 6x2. Inclui telemetria.	Und.	11	R\$ 583.700,00	R\$ 6.420.700,00	24 meses
62	455707	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m ³ , tração 6x2. Inclui telemetria.	Und.	4	R\$ 607.000,00	R\$ 2.428.000,00	24 meses
64	455707	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m ³ , tração 6x2. Inclui telemetria.	Und.	3	R\$ 583.700,00	R\$ 1.751.100,00	24 meses
65	455707	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m ³ , tração 6x2. Inclui telemetria.	Und.	3	R\$ 567.500,00	R\$ 1.702.500,00	24 meses
66	455707	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m ³ , tração 6x2. Inclui telemetria.	Und.	4	R\$ 567.500,00	R\$ 2.270.000,00	24 meses
67	455707	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m ³ , tração 6x2. Inclui telemetria.	Und.	4	R\$ 583.700,00	R\$ 2.334.800,00	24 meses
68	455707	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m ³ , tração 6x2. Inclui telemetria.	Und.	4	R\$ 583.700,00	R\$ 2.334.800,00	24 meses
70	455707	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m ³ , tração 6x2. Inclui telemetria.	Und.	4	R\$ 567.500,00	R\$ 2.270.000,00	24 meses
71	478165	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 12m ³ , tração 6x4. Inclui telemetria.	Und.	7	R\$ 698.300,00	R\$ 4.888.100,00	24 meses
72	478165	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 12m ³ , tração 6x4. Inclui telemetria.	Und.	5	R\$ 721.000,00	R\$ 3.605.000,00	24 meses
74	478165	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 12m ³ , tração 6x4. Inclui telemetria.	Und.	5	R\$ 698.300,00	R\$ 3.491.500,00	24 meses
75	478165	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 12m ³ , tração 6x4. Inclui telemetria.	Und.	5	R\$ 683.000,00	R\$ 3.415.000,00	24 meses
76	478165	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 12m ³ , tração 6x4. Inclui telemetria.	Und.	6	R\$ 683.000,00	R\$ 4.098.000,00	24 meses
77	478165	Caminhão a diesel, com carroceria basculante	Und.	6	R\$ 698.300,00	R\$ 4.189.800,00	24 meses

		de 12m ³ , tração 6x4. Inclui telemetria.					
78	478165	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 12m ³ , tração 6x4. Inclui telemetria.	Und.	39	R\$ 695.500,00	R\$ 27.124.500,00	24 meses
80	478165	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 12m ³ , tração 6x4. Inclui telemetria.	Und.	8	R\$ 683.000,00	R\$ 5.464.000,00	24 meses
91	470232	Caminhão a diesel, com coletor compactador de lixo de 12m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	3	R\$ 604.100,00	R\$ 1.812.300,00	24 meses
94	470232	Caminhão a diesel, com coletor compactador de lixo de 12m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	3	R\$ 604.100,00	R\$ 1.812.300,00	24 meses
96	470232	Caminhão a diesel, com coletor compactador de lixo de 12m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	4	R\$ 589.200,00	R\$ 2.356.800,00	24 meses
97	470232	Caminhão a diesel, com coletor compactador de lixo de 12m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	3	R\$ 604.100,00	R\$ 1.812.300,00	24 meses
98	470232	Caminhão a diesel, com coletor compactador de lixo de 12m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	8	R\$ 596.100,00	R\$ 4.768.800,00	24 meses
121	606216	Caminhão a diesel, com tanque de 15.000 litros para transporte de água, tração 6x4. Inclui telemetria.	Und.	7	R\$ 750.500,00	R\$ 5.253.500,00	24 meses
		Ônibus rodoviário para,					
141	214943	no mínimo, 40 passageiros, tração 4x2. Inclui telemetria.	Und.	2	R\$ 1.027.000,00	R\$ 2.054.000,00	24 meses

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da Central de Compras/ SEGES, sendo sua competência praticar os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

- I. promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;
- II. remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023;
- III. gerenciar a ata de registro de preços;
- IV. conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- V. deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades;
- VI. aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e registrá-las no SICAF;

- VII. aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;
- VIII. aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023; e
- IX. a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços para todos os participantes.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços os descritos no **ANEXO II - DEMANDA DETALHADA DAS PARTICIPANTES**, do Termo de Referência, Anexo I ao Edital, constando as listas de órgãos participantes para cada item e as suas respectivas quantidades.

3.2.1. Compete ao órgão ou à entidade participante:

- I. tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- II. assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- III. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nas obrigações contratuais;
- IV. aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e
- V. prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos** dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Vedação a acréscimos de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no [art. 32 da Lei 14.133, de 2021](#).
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no [artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023](#); ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do [artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023](#).

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço ([art. 7º, XIV do Decreto 11.462, de 2023](#)), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade ([art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023](#)).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Brasília/DF, novembro de 2023.

LARA BRAINER MAGALHÃES TORRES DE OLIVEIRA

Diretora

ADRIANA CECCONELLO

Representante Legal da Empresa
VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA
E COMÉRCIO DE VEÍCULO LTDA

CNPJ: 06.020.318/0001-10

PEDRO ARTHUR DE MATOS TEIXEIRA

Representante Legal da Empresa
VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA
E COMÉRCIO DE VEÍCULO LTDA

CNPJ: 06.020.318/0001-10



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Teixeira registrado(a) civilmente como PEDRO ARTHUR DE MATOS TEIXEIRA, Usuário Externo**, em 22/11/2023, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA CECCONELLO, Usuário Externo**, em 22/11/2023, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lara Brainer Magalhães Torres de Oliveira, Diretor(a)**, em 22/11/2023, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38648294** e o código CRC **8E219D04**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

OFÍCIO/GP/PMVP Nº 016/2024

À

Empresa: VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULO LTDA - CNPJ 06.020.318/0001-10

Ao Sr. PEDRO ARTHUR DE MATOS TEIXEIRA

Assunto: Solicitação de adesão referente a Minuta de Ata de Registro de Preço nº 23/2023 Pregão através do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e a empresa Volkswagen Truck & Bus Indústria e Comércio de Veículo LTDA.

CNPJ: 36.350.346/0001-67-Prefeitura Municipal de Vila Pavão

UASG do município: 982935

Excelentíssimo Senhor Consultor,

Com meus cordiais cumprimentos, gostaríamos de oficializar nosso interesse na adesão à ata de registro de preço nº 23/2023, referente ao Registro de Preço nº 03/2023, publicada no DOU de 16/08/2023, processo administrativo nº 14021.121963/2022-26, conforme itens e quantitativos abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
60	466040	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m ³ , tração 4x2. Inclui telemetria.	UND	01	R\$ 489.400,00	R\$ 489.400,00
70	455707	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m ³ , tração 6x2. Inclui telemetria.	UND	01	R\$ 567.500,00	R\$ 567.500,00

Dessa maneira, a Prefeitura Municipal de Vila Pavão, localizada na Rua Travessa Pavão, nº 80 – Centro, Vila Pavão - CEP 29.843-000, no CNPJ: 36.350.346/0001-



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

67, solicita a adesão dos caminhões no valor de **R\$ 1.056.900,00** (um milhão cinquenta e seis mil e novecentos reais).

À vista disso, informamos que será utilizado recurso proveniente do **Convênio nº 938072/2022**, firmado entre o Ministério da Agricultura e Pecuária - MAP e a Prefeitura Municipal de Vila Pavão. Ademais, esta municipalidade ressalta que o aporte financeiro encontra-se depositado na conta do convênio.

Sem mais para o momento, elevamos votos de estima e consideração certos de estar contribuindo pela eficiência da administração pública.

Vila Pavão, 18 de janeiro de 2024.

Assinado digitalmente por UELIKSON
BOONE:06975184771
UELIKSON
BOONE:06975184771
DN: cn=UELIKSON
BOONE:06975184771, c=BR, o=ICP-
Brasil, ou=presencial,
email=contabilidadepjdjr@hotmail.com
Data: 2024.01.18 15:55:18 -03'00'

UELIKSON BOONE
Prefeito Municipal de Vila Pavão



VWCN/0004/2024

São Paulo, 19 de janeiro de 2024

Ao
Sr. UELIKSON BOONE,
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Vila Pavão – ES

Assunto: Resposta Solicitação Adesão ao Pregão Eletrônico 03/2023 – Programa Calha Norte

Em atendimento ao ofício nº 016/2024 enviado por esta municipalidade, declaramos que estamos de acordo com o fornecimento por adesão à Ata de Registro de Preços nº 23/2023 da MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS para a Prefeitura Municipal de Vila Pavão/ES, **CNPJ 36.350.346/0001-67 / UASG 982935** nas condições a seguir:

PREGÃO Nº	ATA Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QNTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
003/2023	23/2023	60	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m3, tração 4x2. Inclui telemetria (Conforme Termo de Referência) MARCA/MODELO: VOLKSWAGEN/Constellation 18.210	1	R\$ 489.400,00	R\$ 489.400,00
003/2023	23/2023	70	Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m3, tração 6x2. Inclui telemetria (Conforme Termo de Referência) MARCA/MODELO: VOLKSWAGEN/ Constellation 26.260	1	R\$ 567.500,00	R\$ 567.500,00

No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete até a capital do estado onde o ente pertence, Garantia de 24 meses para o produto, 4 revisões preventivas conforme previsto no manual do veículo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Desta maneira, aguardamos a manifestação da entidade supracitada para conclusão dos trâmites relacionados a assinatura do instrumento contratual, conforme minuta padrão do instrumento convocatório, contendo dados e cópia da nota de empenho emitida para esta contratação.

O contrato deverá ser assinado em até 90 dias após a emissão desta anuência.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
PEDRO ARTHUR DE MATOS TEIXEIRA
Data: 02/02/2024 16:39:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pedro Teixeira
Consultor Comercial de Vendas ao Governo



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Rua Travessa Pavão, 80 - Centro – CEP.: 29843-000
Telefax : (27) 3753-1001 – e-mail: contabil@vilapavao.es.gov.br

DESPACHO CONTÁBIL

Segue a elaboração do anteprojeto da abertura de crédito especial, para a aquisição de dois caminhões basculante do convênio nº 0938072/2022, para Secretaria Municipal de Agricultura, solicitado no memorando nº 0072/2024 sob o protocolo nº 0621/2024, expedido pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA**, Senhor **GECIMAR RODRIGUES**.

Havendo interesse do ordenador da despesa (Exmo. Senhor Prefeito Municipal), encaminhasse para a Câmara de Vereadores Projeto de Lei para abertura de Crédito Especial e posteriormente a inclusão das dotações orçamentárias no orçamento e demais providências.

Vila Pavão, 06 de março de 2024.

Atenciosamente.

Assinado por Felipe Nunes dos Santos
144.***.***_**
Prefeitura Municipal de Vila Pavão
06/03/2024 15:21:28

FELIPHE NUNES DOS SANTOS
CONTADOR MUNICIPAL
CRC-ES 021664/O-2





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Travessa Pavão, 80 – Centro - CEP: 29.843-000 – Vila Pavão/ES
Telefone: (27) 3753-1001 Site: www.vilapavao.es.gov.br

DESPACHO

Processo Administrativo 000621/2024 de 05/03/2024

Requerente: **Secretaria Municipal de Agricultura.**

Requerido: **Prefeito Municipal.**

Assunto: **Solicita Projeto de Lei.**

É solicitado no despacho contábil de lavra da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos, solicitação de Projeto de Lei;

Desta forma, tendo em vista o acima requerido, autorizo o prosseguimento do feito e encaminho os presentes autos ao Setor Jurídico para conhecimento e providências cabíveis.

Vila Pavão/ES, 08 de março de 2024.

Assinado por UELIKSON BOONE 069.***.***.**
Prefeitura Municipal de Vila Pavão
08/03/2024 15:38:22

UELIKSON BOONE

Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSESSORIA JURÍDICA – ASSESSORIA TÉCNICA



PARECER JURÍDICO Nº 136/2024

Processo nº 000621, de 05 de março de 2023.

EMENTA: AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES A DIESEL. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2023. MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS. REQUISITOS LEGAIS A SEREM PREENCHIDOS – POSSIBILIDADE CONDICIONADA.

I – RELATÓRIO.

A Secretaria Municipal de Agricultura, por meio do Memorando Nº 072/2024, solicita a Adesão à Ata de Registro de Preços 023/2023, do MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS para aquisição de 01 Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 6m³, tração 4x2, inclui telemetria, no valor de R\$ 489.400,00 e 01 Caminhão a diesel, com carroceria basculante de 10m³, tração 6x2. Inclui telemetria, no valor de R\$ 567.500,00 (fl. 02).

Foram anexos ao presente os seguintes documentos:

- 1) Extrato do Convênio nº 938072/2022, do repasse de recursos para aquisição dos caminhões (fls. 03/05);
- 2) Declaração de contrapartida financeira (fl. 06);
- 3) Cópia da Lei 1.525/2023 que Estima a Receita e Fixa as Despesas do Município de Vila Pavão/ES para o exercício de 2024, e dá outras providências (fls. 07/10);
- 4) Minuta da Ata de Registro de Preços nº 23/2023 (fls. 11/21);
- 5) Ofício expedido pelo Exm^o Sr. Prefeito do Município de Vila Pavão-ES solicitando adesão à referida Ata de Registro de Preços nº 023/2023 à empresa contratada (fls. 22/23);
- 6) Manifestação de concordância da adesão pela empresa contratada (fls. 24/25);
- 7) Minuta de termo de contrato (fls. 26/37);

À fl. 38, o Exmo. Sr. Prefeito autoriza o prosseguimento do feito e encaminha os autos ao Setor de Compras para conhecimento e providências cabíveis.

À fl. 39, anexou-se despacho financeiro informando que há previsão de recursos financeiros. No entanto, o Setor Contábil informou a necessidade de abertura de crédito especial para a aquisição pretendida, e anexou minuta de projeto, caso seja de interesse do ordenador de despesas, o encaminhamento para a Câmara de Vereadores para posterior inclusão das dotações orçamentárias no orçamento e demais providências. Ainda declarou que o custeio das despesas será realizado com recursos de origem municipal e federal (fls. 40/41).

Vieram os autos para essa Assessoria Jurídica no dia **12/03/2024**, conforme anotação feita no Relatório de Histórico de Andamento de Atividades do sistema GPI.

É o breve relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA.

Para o exame em questão, inicialmente cumpre destacar que a Lei nº 14.133/2021 previu o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO como um dos procedimentos auxiliares das licitações e das contratações, conforme o inciso IV, art. 78.

A mesma lei reservou o art. 82 ao art. 86 para especificar o procedimento a ser adotado para as aquisições pelo sistema de registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSESSORIA JURÍDICA – ASSESSORIA TÉCNICA



O sistema de registro de preços, desde que atendidos os preceitos legais estabelecidos, especialmente quanto ao objeto e à vantajosidade, já se mostrava um instrumento eficiente para as compras e serviços públicos quando ainda da revogada Lei nº 8.666/93.

A nova lei de licitações trouxe inovações procedimentais, e manteve a possibilidade de adesão por outros órgãos, de modo a propiciar considerável diminuição de gastos com a realização de certame licitatório, pois o art. 86 elenca alguns critérios essenciais para que esse procedimento possa ocorrer:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

(...)

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, **os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços** na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

§ 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSESSORIA JURÍDICA – ASSESSORIA TÉCNICA



§ 6º A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 desta Lei.

§ 7º Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo.

§ 8º Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

Ao que se extrai do presente procedimento, a Secretaria Municipal de Agricultura requer a utilização do citado instituto para a aquisição de bem comum, ou seja, **caminhões**, de modo a atender sua demanda. Vê-se que houve a apresentação de justificativa da vantagem da adesão, conforme prevê o inciso I, do § 2º.

Também verifica-se que ata de registro continua vigente, contudo não foi demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado (inciso II, § 2º) e inexistente prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora (inciso III, § 2º).

Em que pese a adesão perquerida relaciona-se à ata de registro de preços de órgão federal e o registro de preço ter sido formalizado mediante pregão, em cumprimento aos incisos I e II, § 3º, não restou comprovado:

- 1) por meio de declaração do órgão gerenciador que a aquisição não excedeu a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços (§ 4º)
- 2) o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (5º)

Neste sentido, apesar do atendimento de alguns requisitos previsto em lei, o procedimento não encontra-se saneado para a contratação pretendida

III – CONCLUSÃO.

Pelo exposto, baseando-se na documentação juntada até a presente data (fls. 02/41) e restringindo-se exclusivamente ao aspecto jurídico, não competindo à análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito deste ente, a Assessoria Jurídica passa a sua conclusão.

Nesse diapasão, a Assessoria Jurídica **OPINA** pela Adesão à Ata de Registro de Preços nº 023/2023 emitida pelo MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ASSESSORIA JURÍDICA – ASSESSORIA TÉCNICA



termos do art. 86 da Lei nº 14.113/21, **CONDICIONANDO-SE ao cumprimento dos seguintes requisitos:**

- a) Apresentação de Estudo Técnico Preliminar;
- b) Demonstração que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado;
- c) prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora;
- d) documento de que a aquisição não excedeu a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços;
- e) documento de que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excedeu, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

À secretaria solicitante para cumprimento das condicionantes assinaladas pela Assessoria Jurídica.

Após, encaminhe-se para conhecimento do Exmo. Sr. Prefeito e ulterior deliberação.

É o parecer.

Vila Pavão/ES, 22 de março de 2024.

Assinado por ELVIMARA LOPES GONÇALVES 045.***.***.**
Prefeitura Municipal de Vila Pavão
22/03/2024 15:49:05

ELVIMARA LOPES GONÇALVES

Assistente Jurídico – Matrícula nº 002082
OAB/ES 11.740